

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2020

## Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

### Notas:

- A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.
- Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

## Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 30.09.2020 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ A informação considerada para o processo de monitorização tem por base a informação residente no sistema de monitorização do Portugal 2020.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

## Análise Global

A 30 de setembro de 2020, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 34.765 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 8.299 M€ de fundo aprovado, 3.806 M€ de fundo executado e 4.048 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 28.442 operações, correspondendo a 6.841 M€ de fundo aprovado, 3.175 M€ de fundo executado e 3.371 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 6.323 operações, que correspondem a 1.458 M€ de fundo aprovado, 631 M€ de fundo executado e 678 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (94%) e de execução (61%) superior aos PO Regionais do Continente (88% e 37%, respetivamente) e, no caso da taxa de execução, ao PT2020 (53%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 82%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (101%). As taxas de execução variavam entre 34% no POR Alentejo e 39% no POR Lisboa.

O POR Lisboa foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no terceiro trimestre de 2020, com um aumento de 5,8 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 1,8 p.p. no POR Algarve e 2,8 p.p. no POR Norte.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)		
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (APIFR)	Taxa de execução (VAL/FR)	
	mil euros	mil euros	mil euros		%		
Portugal 2020	25.859.522	25.514.325	13.703.317		14.548.779	99%	53%
<b>PO Regionais do Continente</b>	<b>7.752.503</b>	<b>6.848.301</b>	<b>2.862.117</b>		<b>3.102.086</b>	<b>88%</b>	<b>37%</b>
PO Norte 2020	3.378.771	2.856.237	1.287.675		1.370.133	85%	38%
PO Centro 2020	2.155.031	1.843.147	762.408		839.382	86%	35%
PO Alentejo 2020	1.082.944	1.090.960	370.668		415.738	101%	34%
PO Lisboa 2020	817.081	796.881	320.000		347.917	98%	39%
PO Algarve 2020	318.676	261.077	121.366		128.916	82%	38%
<b>PO Regiões Autónomas</b>	<b>1.538.707</b>	<b>1.450.613</b>	<b>944.240</b>		<b>946.031</b>	<b>94%</b>	<b>61%</b>
PO Açores 2020	1.137.481	1.071.445	697.651		687.611	94%	61%
PO Madeira 14-20	401.226	379.169	246.589		258.420	95%	61%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2020

## Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 8.904 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 3.051 M€.

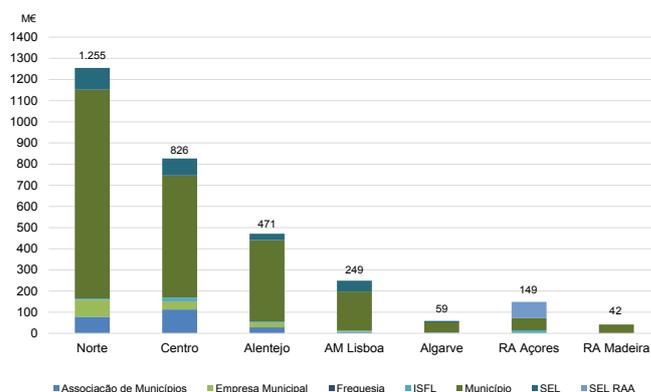
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 75% do fundo aprovado de 2.279 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.255 M€ (41% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 606 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.234). Segue-se a PI 6.2 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 415 M€ e 999 registos de operações.

No 3º trimestre de 2020, as PI 6.5 e 10.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 32 M€ e 25 M€, respetivamente.

**Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 30.set.2020**



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

## Incidência Territorial - localização das operações

Até 30 de setembro de 2020 encontrava-se aprovado um total de 53.546 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 21.335 M€ fundo aprovado e 10.643 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de fundo validado (46%). Seguem-se o Centro (33% e 34%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, em ambos).

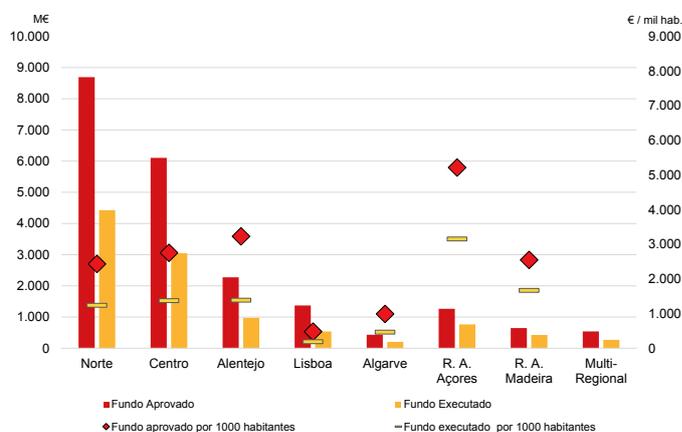
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes, por contraposição à A.M. de Lisboa.

**Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 30.set.2020**

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	3.105	2.180	5.529	2.413	2.194	1.268	2.095	919
Norte	1.623	1.147	2.640	1.183	990	570	582	238
Centro	1.014	742	1.979	914	720	399	550	227
Alentejo	300	207	465	161	231	120	188	117
Lisboa	47	0	30	7	127	105	372	105
Algarve	9	0	49	0	25	20	91	61
R. A. Açores	n.a.	n.a.	102	43	27	20	66	5
R. A. Madeira	n.a.	n.a.	0	0	22	11	247	166
Multi-Regional	111	83	264	106	52	22	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

**Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 30.set.2020**



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2020

## Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 30 de setembro de 2020 era de 13.940.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 4.480 registos de operações como um volume de fundo associado de 912 M€ e 393 M€ validados. Cerca de 91% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.395 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 696 M€ de FEDER aprovado e 269 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 8.065 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (7.592). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 87%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

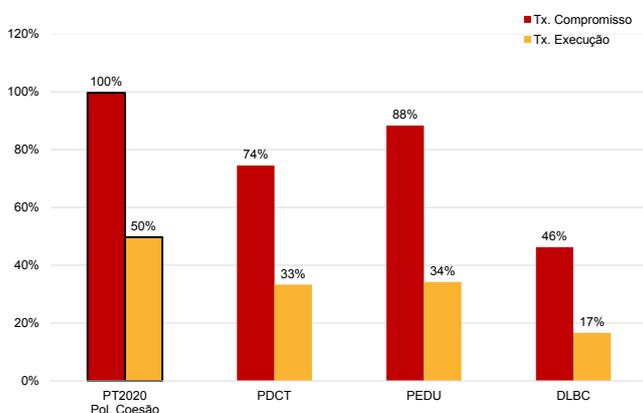
Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 30.set.2020

Instrumto Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.217.002	911.566	392.676	402.919
FEDER	741.677	676.053	316.930	315.914
FSE	411.755	180.666	63.146	74.714
FC	13.502	12.620	8.883	8.640
FEADER	50.067	42.228	3.717	3.651
PEDU	787.585	695.728	269.312	270.649
FEDER	787.585	695.728	269.312	270.649
PARU (+)	203.030	206.509	104.871	104.982
FEDER	203.030	206.509	104.871	104.982
DLBC	306.200	179.644	57.371	61.333
Costeiro	39.364	18.851	4.519	4.716
FEDER	6.535	3.670	947	1.132
FSE	7.829	594	47	60
FEAMP	25.000	14.587	3.525	3.525
Rural	242.265	155.724	51.859	55.233
FEDER	55.037	50.940	21.762	25.059
FSE	57.225	9.600	1.412	1.704
FEADER	130.003	95.183	28.685	28.470
Urbano	24.571	5.069	994	1.384
FEDER	8.490	1.646	805	863
FSE	16.080	3.423	189	521

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 30.set.2020



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No terceiro trimestre de 2020, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (88%). Ainda assim estes valores encontram-se 11 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 74% e os DLBC uma taxa de 46%.

Os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (34%), embora abaixo dos 50% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (17%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2020

## Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 30 de setembro de 2020, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 14.578 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.993 M€, a execução 824 M€ e o volume de pagamentos 840 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 912 M€ e nos PEDU de 696 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser o PARU, com 102%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se no Alentejo (38,1%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (440). De referir ainda que os DLBC do Centro registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (24 p.p.), com destaque para a vertente costeira (+12 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 30 de setembro de 2020) por Região e por Instrumento Territorial.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
		mil euros		mil euros			mil euros	mil euros	%			
<b>Portugal 2020</b>	<b>n.a.</b>	<b>25.859.522</b>	<b>366.807</b>	<b>44.207.302</b>	<b>39.132.023</b>	<b>25.514.325</b>	<b>13.703.317</b>	<b>14.548.779</b>	<b>99%</b>	<b>53%</b>	<b>57%</b>	<b>106%</b>
<b>TOTAL - IT</b>	<b>379</b>	<b>2.513.816</b>	<b>14.578</b>	<b>3.380.585</b>	<b>2.720.336</b>	<b>1.993.447</b>	<b>824.230</b>	<b>839.883</b>	<b>79,3%</b>	<b>32,8%</b>	<b>42,1%</b>	<b>102%</b>
PDCT	22	1.217.002	4.480	1.467.261	1.215.880	911.566	392.676	402.919	74,9%	32,3%	44,2%	103%
PEDU	105	787.585	1.395	1.119.809	877.201	695.728	269.312	270.649	88,3%	34,2%	38,9%	100%
PARU	170	203.030	638	311.479	245.001	206.509	104.871	104.982	101,7%	51,7%	50,8%	100%
DLBC	82	306.200	8.065	482.035	382.255	179.644	57.371	61.333	58,7%	18,7%	34,1%	107%
<b>NORTE - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>1.137.761</b>	<b>5.266</b>	<b>1.541.401</b>	<b>1.205.909</b>	<b>959.328</b>	<b>404.053</b>	<b>404.153</b>	<b>84,3%</b>	<b>35,5%</b>	<b>42,1%</b>	<b>100%</b>
PDCT	8	552.939	1.890	657.801	538.392	436.379	195.927	195.966	78,9%	35,4%	44,9%	100%
PEDU	29	387.679	644	577.394	422.053	358.693	135.837	135.379	92,5%	35,0%	37,7%	100%
PARU	57	99.613	330	158.945	129.425	110.011	55.550	55.384	110,4%	55,8%	50,3%	100%
DLBC	21	97.530	2.402	147.261	116.039	54.245	16.740	17.423	55,6%	17,2%	32,1%	104%
Costeiro	2	9.543	23	3.607	3.207	2.019	356	353	21,2%	3,7%	17,5%	99%
Rural	16	77.487	2.349	139.073	108.286	48.679	16.141	16.501	62,8%	20,8%	33,9%	102%
Urbano	3	10.500	30	4.581	4.546	3.546	243	569	33,8%	2,3%	16,0%	235%
<b>CENTRO - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>792.440</b>	<b>4.361</b>	<b>854.465</b>	<b>713.888</b>	<b>529.291</b>	<b>210.408</b>	<b>221.187</b>	<b>66,8%</b>	<b>26,6%</b>	<b>41,8%</b>	<b>105%</b>
PDCT	8	408.626	1.348	386.421	334.525	251.696	101.549	110.597	61,6%	24,9%	43,9%	109%
PEDU	32	210.167	254	222.853	187.458	159.339	59.882	60.223	75,8%	28,5%	37,8%	101%
PARU	68	73.846	171	91.191	70.806	60.185	33.012	33.146	81,5%	44,7%	55,1%	100%
DLBC	28	99.800	2.588	154.001	121.099	58.071	15.965	17.221	58,2%	16,0%	29,7%	107,9%
Costeiro	5	14.548	177	17.438	15.227	9.228	1.316	1.473	63,4%	9,0%	16,0%	111,9%
Rural	23	85.252	2.411	136.562	105.872	48.843	14.649	15.748	57,3%	17,2%	32,2%	107,5%
<b>ALENTEJO - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>363.592</b>	<b>3.615</b>	<b>561.076</b>	<b>470.473</b>	<b>340.493</b>	<b>138.482</b>	<b>143.623</b>	<b>93,6%</b>	<b>38,1%</b>	<b>42,2%</b>	<b>104%</b>
PDCT	5	165.137	879	231.100	197.359	149.957	66.573	67.014	90,8%	40,3%	44,7%	101%
PEDU	26	111.124	248	150.721	129.460	108.580	40.483	43.007	97,7%	36,4%	39,6%	106%
PARU	32	21.091	96	47.615	36.467	30.916	13.990	14.213	146,6%	66,3%	46,0%	102%
DLBC	11	66.240	2.392	131.641	107.187	51.040	17.436	19.389	77,1%	26,3%	38,0%	111%
Costeiro	1	3.776	81	6.547	4.951	2.979	711	755	78,9%	18,8%	25,3%	106%
Rural	10	62.464	2.311	125.094	102.236	48.061	16.725	18.634	76,9%	26,8%	38,8%	111%
<b>A.M. LISBOA - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>191.268</b>	<b>993</b>	<b>388.191</b>	<b>304.846</b>	<b>151.205</b>	<b>65.593</b>	<b>65.277</b>	<b>79,1%</b>	<b>34,3%</b>	<b>43,2%</b>	<b>100%</b>
PDCT	1	90.300	363	191.940	145.604	73.534	28.628	29.341	81,4%	31,7%	39,9%	102%
PEDU	18	78.614	249	168.841	138.230	69.115	33.110	32.040	87,9%	42,1%	46,4%	97%
DLBC	13	22.354	381	27.411	21.012	8.556	3.855	3.896	38,3%	17,2%	45,5%	101%
Costeiro	2	5.306	42	4.393	4.110	2.317	1.237	1.233	43,7%	23,3%	53,2%	100%
Rural	2	6.783	268	20.228	14.559	5.155	2.066	2.066	76,0%	30,5%	40,1%	100%
Urbano	9	10.266	71	2.790	2.343	1.084	553	597	10,6%	5,4%	55,1%	108%
<b>ALGARVE - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>28.755</b>	<b>343</b>	<b>35.452</b>	<b>25.220</b>	<b>13.130</b>	<b>5.694</b>	<b>5.643</b>	<b>45,7%</b>	<b>19,8%</b>	<b>43,0%</b>	<b>99%</b>
PARU	13	8.480	41	13.728	8.302	5.397	2.319	2.239	63,6%	27,3%	41,5%	97%
DLBC	9	20.276	302	21.723	16.918	7.733	3.375	3.404	38,1%	16,6%	44,0%	101%
Costeiro	2	6.191	29	5.761	4.918	2.308	899	902	37,3%	14,5%	39,1%	100%
Rural	3	10.280	253	14.704	11.064	4.986	2.278	2.284	48,5%	22,2%	45,8%	100%
Urbano	4	3.805	20	1.257	935	439	198	218	11,5%	5,2%	49,6%	110%